

## TESE INSTITUCIONAL Nº 30

**PROPONENTE:** Paula Regina Pinheiro Castro.

### SÚMULA

A Defensoria Pública possui legitimidade e dever institucional irrenunciável para atuar como assistente qualificada da mulher em situação de violência doméstica e familiar, nos termos imperativos dos artigos 27 e 28 da Lei nº 11.340/2006, em todos os atos processuais cíveis e criminais, dotada de autonomia técnico-jurídica e independência funcional, o que lhe confere a prerrogativa de se abster de qualquer manifestação ou ato que possa favorecer o acusado quando identificada a permanência da assistida no ciclo de violência ou de dependência, mesmo que haja expressa retratação em juízo, sem que tal postura configure infração funcional ou violação da autonomia da vítima.

### ASSUNTO

A presente tese versa sobre a assistência jurídica qualificada à mulher em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo a compatibilização entre os artigos 27 e 28 da Lei nº 11.340/2006 e as funções institucionais da Defensoria Pública, notadamente no que concerne aos processos submetidos ao Tribunal do Júri, reafirmando o dever de garantia de proteção integral à vítima e aos seus familiares indiretos, inclusive mediante a manutenção de estratégia jurídica que transcenda a manifestação de eventual retratação da ofendida ou de mera representação unilateral do interesse meramente persecutório.

### FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A fundação jurídica desta proposição reside no macrocosmo de proteção dos direitos humanos das mulheres, com lastro na Constituição Federal e balizada por normativos internacionais internalizados pelo Brasil, culminando na especialíssima Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e, mais recentemente, confirmada pela jurisprudência vinculante de Cortes Superiores.

#### 1. O Paradigma Constitucional e o Dever de Proteção do Estado

1.1 O ordenamento jurídico pátrio, em seu mais alto posto hierárquico, estabelece o princípio da igualdade entre homens e mulheres, conforme o artigo 5º, inciso I, da Constituição Federal, sendo a violência doméstica e familiar reconhecida explicitamente como uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos, conforme estabelece o artigo 6º da Lei Maria da Penha. A Defensoria Pública, por sua vez, é erigida à condição de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe fundamentalmente a promoção dos direitos humanos e a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, conforme o artigo 134 da Carta Magna. A materialização dessa incumbência se efetiva por meio de suas funções institucionais, que incluem o exercício da defesa dos interesses individuais e coletivos da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que demandam proteção especial do Estado, conforme expressamente previsto no artigo 4º, inciso XI, da Lei Complementar nº 80/94. As mulheres em situação de violência doméstica e familiar são justamente reconhecidas pela jurisprudência pátria como hipervulneráveis, justificando a atuação institucional prioritária e especializada da Defensoria Pública, extrapolando o critério da hipossuficiência meramente econômica para abranger a vulnerabilidade jurídica, social e psicológica que a situação de violência impõe<sup>1</sup>.

## **2. A Natureza Cogente da Assistência Jurídica Qualificada (Arts. 27 e 28 da Lei Maria da Penha)**

A Lei nº 11.340/2006, ao ser promulgada, buscou criar mecanismos jurídicos robustos para coibir a violência baseada no gênero, reforçando de forma categórica a necessidade de assistência jurídica especializada e contínua à ofendida. O artigo 27 da lei estabelece, com verbo de comando imperativo, que "Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar *deverá* estar acompanhada de advogado", ressaltando-se apenas a etapa do requerimento de medidas protetivas de urgência. Corroborando este mandamento, o artigo 28 especifica que "É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos

---

<sup>1</sup> Enunciado 7 CONDEGE: O acompanhamento previsto nos artigos 27 e 28 da Lei Maria da Penha compreende a atuação da Defensoria Pública na prática de todos os atos judiciais e extrajudiciais, cíveis, criminais e administrativos, na defesa dos direitos humanos das mulheres.

serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado". A conjugação desses preceitos evidencia a criação de uma figura processual *sui generis*, denominada "assistência jurídica qualificada", que difere drasticamente da tradicional assistência à acusação prevista no artigo 268 do Código de Processo Penal, a qual possui caráter meramente facultativo e subsiste à vontade do Ministério Público. A assistência qualificada, diferentemente, decorre de norma cogente para assegurar o protagonismo da mulher e garantir seu acesso à justiça de forma integral, humanizada e sob uma perspectiva de gênero que reconhece sua vulnerabilidade estrutural, transformando-a de mero objeto de prova em sujeito de direitos ativo na persecução penal. A imprescindibilidade dessa assistência jurídica especializada e humanizada atua como medida de contraponto essencial à cultura de discriminação e à revitimização institucional que frequentemente permeiam o sistema de justiça criminal.

### 3. O Reconhecimento da Atuação no Tribunal do Júri e a Compatibilidade Institucional

A obrigatoriedade da assistência qualificada se estende integralmente ao Tribunal do Júri, cenário onde são julgados os crimes de feminicídio (consumado ou tentado), e onde se observa a maior fragilização psicológica das vítimas e de seus familiares indiretos. A expressão "em todos os atos processuais, cíveis e criminais" do artigo 27 da Lei Maria da Penha, conforme acertado entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), inviabiliza qualquer interpretação restritiva que busque afastar a aplicação desse instituto justamente nas causas mais graves de violência de gênero, como os processos perante o Tribunal do Júri. O Superior Tribunal de Justiça, conforme o julgamento do **RECURSO ESPECIAL Nº 2211682/RJ** proferido pela Quinta Turma em 17 de junho de 2025, estabeleceu expressamente as seguintes teses de julgamento, de máxima importância para a definição desta tese institucional:

"1. A assistência jurídica qualificada prevista na Lei Maria da Penha é obrigatória, mesmo perante o Tribunal do Júri. 2. A atuação da Defensoria Pública em polos opostos no mesmo processo é legítima, desde que por defensores distintos. 3. A nomeação automática da Defensoria Pública como assistente qualificada opera como medida de tutela provisória, à míngua de manifestação expressa da ofendida, que pode optar por advogado particular."

Este precedente do STJ, ao legitimar a atuação da Defensoria Pública na defesa da vítima e do réu — desde que por membros distintos, respeitando a independência funcional (LC nº 80/94, art. 4º, § 6º) —, reforça a compreensão de que a unidade institucional da Defensoria não se confunde com a identidade subjetiva dos Defensores, garantindo o direito fundamental de acesso à justiça a ambos os polos do processo, sem

que haja qualquer conflito de interesses. Reconhece-se, adicionalmente, a natureza de tutela provisória da nomeação automática efetuada pelo Juízo, o que se deve à urgência na proteção dos direitos da vítima e à necessidade de evitar seu desamparo imediato, conferindo segurança jurídica à atuação da Defensoria Pública, a qual será substituída tão logo a vítima indique um advogado particular. A assistência jurídica qualificada, portanto, não é uma faculdade, mas sim uma obrigação estatal imposta pela Lei Maria da Penha, de eficácia plena em todas as fases da persecução penal, incluindo o Tribunal do Júri<sup>2</sup>, legitimando a Defensoria Pública como agente principal na salvaguarda dos direitos da vítima em razão de sua hipossuficiência jurídica e da situação de hipervulnerabilidade.

#### 4. O Engajamento Internacional e a Perspectiva de Gênero

A interpretação teleológica da Lei Maria da Penha é indissociável dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro. A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) estabelecem o dever de diligência devida, obrigando o Estado a garantir assistência jurídica adequada e acesso à justiça para coibir, punir e erradicar a violência, notadamente a estrutural. A **Recomendação Geral nº 33 da CEDAW** explicitamente aconselha os Estados a "institucionalizem sistemas de assistência jurídica e defensoria pública que sejam acessíveis, sustentáveis e respondam às necessidades das mulheres" e a "garantam que esses serviços sejam prestados de maneira oportuna, contínua e efetiva em todas as etapas dos procedimentos judiciais". Essa diretriz internacional dialoga diretamente com o entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, por exemplo, no **Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil**<sup>3</sup>, que ressaltou a necessidade de participação ativa da vítima no processo penal

---

<sup>2</sup> Enunciado 32 FONAVID: As vítimas de crime de feminicídio e seus familiares devem contar com a assistência jurídica gratuita, devendo a juíza ou o juiz designar defensora(or) pública(o) ou advogada(o) dativa(o) para atuar em sua defesa nos processos de competência do Tribunal do Júri, exceto se estiverem assistidos por advogada(o) ou defensora(or) pública(o).

<sup>3</sup> A posição secundária ocupada pela vítima no processo penal brasileiro constitui obstáculo ao efetivo acesso à justiça, conforme destacado no parágrafo 238 da sentença, que ressalta os direitos da vítima no âmbito processual: "que isso significa a possibilidade de apresentar sugestões, receber informações, anexar provas, formular alegações e, em síntese, fazer valer seus direitos. Essa participação deverá ter por finalidade o acesso à justiça, o conhecimento da verdade dos fatos e a eventual concessão de uma justa reparação"

para o efetivo acesso à justiça, ao conhecimento da verdade dos fatos e à eventual obtenção de justa reparação. O direito à assistência qualificada materializa o direito à memória, à verdade, à justiça e à reparação, conforme amplamente debatido e consolidado por meio do **Enunciado 71 do FONAVID**<sup>4</sup>, que expressamente afirma que a referida assistência "abrangendo a formulação de perguntas e participação ativa no processo, inclusive com direito a sustentação em plenário do júri, conforme previsto nos artigos 27 e 28 da Lei 11.340/2006 e Recomendação n. 33 da CEDAW, em obediência ao critério da diligência devida". Essa interpretação é reforçada pelo **Enunciado 6 do CONDEGE**<sup>5</sup>, que destaca o caráter pleno e não restrito da atuação da Defensoria Pública nesses casos.

### FUNDAMENTAÇÃO FÁTICA

A aplicação da Lei Maria da Penha e a atuação da Defensoria Pública devem ser guiadas por uma análise fática que reconheça e considere o fenômeno da violência de gênero em sua complexidade, especialmente o chamado ciclo de violência. Os dados estatísticos demonstram que a maioria das vítimas de feminicídio no Brasil corresponde a mulheres negras, pobres, residentes em regiões periféricas, com baixa escolaridade e frequentemente mães e chefes de família, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)<sup>6</sup> e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>7</sup>. Essa realidade fática, marcada pela desigualdade social e racial, acentua a hipervulnerabilidade da mulher nessas situações.

---

<sup>4</sup> A assistência jurídica qualificada é direito das mulheres em situação de violência e de vítimas diretas e indiretas de feminicídio, abrangendo a formulação de perguntas e participação ativa no processo, inclusive com direito a sustentação em plenário do júri, conforme previsto nos artigos 27 e 28 da Lei 11.340/2006 e Recomendação 33 da CEDAW, em obediência ao critério da diligência devida

<sup>5</sup> Enunciado 6 CONDEGE: Considerando o artigo 4º, incisos XI e XVIII, da Lei Complementar 80/1994, a atuação da Defensoria Pública na assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, conforme prelecionam os artigos 27 e 28 da Lei Maria da Penha, é plena e não se confunde com a assistência de acusação dos artigos 268, e seguintes do CPP. (Alterado na Reunião de 01/07/2022).

<sup>6</sup> <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>

<sup>7</sup> <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/03/relatorio-visivel-e-invisivel-5ed-2025.pdf?v=13-03>

Neste contexto de violência estrutural, a retratação da vítima em juízo ou em sede policial, embora possa ser interpretada superficialmente como manifestação de vontade, não pode ser aceita sem uma análise aprofundada e contextualizada com a perspectiva de gênero. A experiência demonstra que tal retratação constitui, em inúmeros casos, uma mera exteriorização da manutenção do ciclo de violência, decorrente de coação, medo, pressão familiar, dependência econômica, ou intensa fragilidade psicológica, e não de uma autonomia plena e consciente. A violência de gênero, conforme demonstrado no **Caso Barbosa de Souza e outros vs. Brasil** perante a Corte IDH, é um problema estrutural e generalizado no País, tolerado por uma cultura de discriminação que revitimiza a mulher no próprio sistema de justiça.

A função da assistência qualificada, portanto, transcende a mera representação passiva e confere à Defensoria Pública a capacidade de exercer uma defesa técnica da mulher que visa garantir sua dignidade e interromper o ciclo opressor, o que inclui a proteção contra sua própria manifestação de vontade, se esta for claramente cooptada pela dinâmica da violência. Ao se abster de qualquer manifestação que instrumentalize a fragilidade da assistida para favorecer o acusado, a Defensora Pública age com a responsabilidade e independência funcional que lhe são inerentes, assegurando que o interesse prevalente seja o da proteção integral da vítima e o combate à impunidade, cumprindo o seu dever de zelar pelos direitos humanos. O direito à autonomia da vítima, nesse quadro, é o direito a um protagonismo real e informado, e não uma imposição de retorno a uma situação de risco que compromete sua vida ou integridade física e psicológica. Os familiares de vítimas de feminicídio (vítimas indiretas), conforme o Enunciado 71 do FONAVID e o REsp 2211682/RJ, também gozam desse direito, dada a perda da mulher e o sofrimento imposto pela violência, necessitando de assistência jurídica exclusiva para que os direitos à memória, à verdade e à reparação sejam exercidos ativamente no Plenário do Júri.

## SUGESTÃO DE OPERACIONALIZAÇÃO

A Defensoria Pública deve adotar um conjunto articulado de medidas normativas e técnicas para garantir a efetividade da assistência jurídica qualificada na órbita criminal e cível, especialmente na atuação perante o Tribunal do Júri e nas situações que envolvam retração ou manifestação de vontade ambivalente da vítima.

### 1. Regulamentação Institucional Interna da Defensoria Pública

É imperativa a edição de uma Resolução pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Roraima, ou ato normativo equivalente, que institucionalize o protocolo



de atuação da Defensoria Pública na assistência qualificada à mulher em situação de violência doméstica e familiar, estabelecendo:

- Previsão de **atendimento prévio e individualizado** da vítima, realizado por Defensor Público, antes de qualquer ato processual que exija sua oitiva, a fim de garantir a orientação jurídica completa e humanizada, bem como a avaliação técnica sobre a presença de coação ou a real permanência no ciclo de violência.
- O estabelecimento de **diretriz institucional de autonomia técnico-jurídica e independência funcional** para a Defensora Pública atuar exclusivamente em prol da proteção integral da assistida, inclusive conferindo-lhe a prerrogativa de se abster de formular qualquer manifestação, pedido ou prova que possa favorecer o réu, ainda que a vítima tenha, porventura, manifestado retratação, se a análise sob perspectiva de gênero indicar a ausência de autonomia plena da vontade ou a persistência do risco.
- Obrigação de **registro técnico** e detalhado, em instrumento interno próprio, acerca da presença ou da superação do ciclo de violência, dos fatores de vulnerabilidade (social, econômica, psicológica), e de toda a orientação jurídica prestada à assistida, resguardando a atuação da defensora no exercício de sua independência funcional.
- Ratificação expressa do **dever de representação dos familiares** das vítimas de feminicídio como vítimas indiretas, nomeando-se Defensor Público exclusivo para essa finalidade no Tribunal do Júri, assegurando a atuação perante o conselho de sentença para materializar os direitos à memória, à verdade e à reparação.

## 2. Procedimentos Técnicos da Atuação e Capacitação Continuada

A Defensoria Pública deverá investir em capacitação continuada de seus membros e servidores, em conjunto com a Escola Superior. Referida capacitação deve ter enfoque obrigatório na **perspectiva de gênero e raça**, em conformidade com o **Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ**. O foco do trabalho técnico deve ser o acolhimento e a não revitimização, utilizando a figura da assistência qualificada para uma intervenção ativa no processo, que inclui a formulação de perguntas e a sustentação em Plenário do Júri, mas sempre orientada para a proteção integral da mulher.

Boa Vista-RR, 05 de dezembro de 2025.



---

## Escola Superior da Defensoria Pública do Estado de Roraima